

Ribeirão Preto, 21 de abril de 2018.

À

**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JABOTICABAL - APAE**

Jaboticabal - SP

Atenção do Senhor **Celso Aparecido Cassiano**

**Presidente**

Prezados Senhores

Apresentamos o relatório que contém as demonstrações financeiras da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaboticabal - APAE**, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.S.as. para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários, e subscrevemo-nos.

Atenciosamente.

**BLB Auditores Independentes**

Escritório de Ribeirão Preto - SP

  
**Rodrigo Garcia Giroldo**

Sócio Diretor

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS  
DE JABOTICABAL - APAE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 E O RELATÓRIO  
DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Abril de 2018

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JABOTICABAL - APAE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 E O  
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

SUMÁRIO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	2-4
BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	5-6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (SUPERÁVIT).....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES .....	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	10
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	11

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES  
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores da

**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JABOTICABAL - APAE**

Jaboticabal - SP

**Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações financeiras da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaboticabal - APAE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos de possíveis ajustes que poderiam advir do assunto mencionado no parágrafo 1º, descrito na seção a seguir intitulada “base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaboticabal – APAE**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas, combinadas com as aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

**Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras**

1. Como comentado na nota explicativa 6, a Entidade não possui cadastro analítico físico e financeiro atualizado dos bens registrados no ativo imobilizado, bem como não calcula e registra as depreciações destes bens não controlados. Os ajustes na contabilidade e seus efeitos não são possíveis de mensuração no momento. Consequentemente, não podemos concluir, e não concluímos, sobre os saldos acumulados do ativo imobilizado e os reflexos no resultado (superávit) do exercício e no patrimônio líquido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

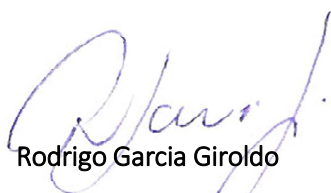
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 13 de abril de 2018.



Rodrigo Garcia Giroldo

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JABOTICABAL - APAE

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em reais

	Nota	2017	2016
	explicativa		
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.419.795	1.238.058
Contas a receber	5	475.580	535.383
Outros créditos		4.923	6.499
Despesas antecipadas		5.712	5.402
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.906.010</b>	<b>1.785.342</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Investimentos		4.529	3.690
Imobilizado	6	1.317.041	1.247.264
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.321.570</b>	<b>1.250.954</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>3.227.580</b>	<b>3.036.296</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JABOTICABAL - APAE

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em reais

	Nota		
	explicativa	2017	2016
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores		21.993	52.586
Salários e obrigações sociais		862	1.810
Provisão para férias e encargos		300.315	268.737
Outras obrigações		11.684	26.591
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>334.854</b>	<b>349.724</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Receita diferida – doação governamental	7	210.140	157.655
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>210.140</b>	<b>157.655</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Patrimônio social	8	2.528.917	1.670.349
Superávit do exercício		153.669	858.568
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>2.682.586</b>	<b>2.528.917</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>3.227.580</b>	<b>3.036.296</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JABOTICABAL - APAE

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (SUPERÁVIT)

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em reais

	Nota		
	explicativa	2017	2016
<b>Receita operacional bruta</b>			
Subvenções e doações públicas e privadas	9	2.526.224	2.486.140
Serviços prestados – atendimento SUS	9	1.635.874	1.811.290
Outras subvenções a receber	5	475.580	535.383
		<b>4.637.678</b>	<b>4.832.813</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas		(4.659.969)	(4.160.903)
Outras receitas operacionais	10	82.475	104.022
		<b>(4.577.494)</b>	<b>(4.056.881)</b>
<b>Superávit antes do resultado financeiro</b>		<b>60.184</b>	<b>775.932</b>
Receitas financeiras		110.911	96.189
Despesas financeiras		(17.426)	(13.553)
	11	<b>93.485</b>	<b>82.636</b>
<b>Superávit do exercício</b>		<b>153.669</b>	<b>858.568</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JABOTICABAL - APAE

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em reais

	2017	2016
Superávit do exercício	153.669	858.568
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	153.669	858.568

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JABOTICABAL - APAE

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em reais

	Patrimônio social	Superávit do exercício	Total do patrimônio social
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2016</b>	<b>1.514.066</b>	<b>156.283</b>	<b>1.670.349</b>
Transferência do superávit para o patrimônio social	156.283	(156.283)	-
Superávit do exercício	-	858.568	858.568
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.670.349</b>	<b>858.568</b>	<b>2.528.917</b>
Transferência do superávit para o patrimônio social	858.568	(858.568)	-
Superávit do exercício	-	153.669	153.669
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>2.528.917</b>	<b>153.669</b>	<b>2.682.586</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JABOTICABAL – APAE

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em reais

	2017	2016
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais:</b>		
Superávit do exercício	153.669	858.568
Ajustes para conciliar o superávit do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações	42.016	39.217
Valor residual de baixa do ativo imobilizado	-	5.877
Superávit do exercício ajustado	<u>195.685</u>	<u>903.662</u>
Variações nos ativos e passivos:		
Redução (aumento) em contas a receber	59.803	(111.821)
Redução em outros ativos	1.266	3.172
(Redução) aumento em fornecedores	(30.593)	46.417
(Redução) aumento em salários e obrigações sociais	(948)	1.201
Aumento em férias e encargos	31.578	54.354
Aumento em receita diferida e outras obrigações	37.578	55.966
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais</b>	<b><u>294.369</u></b>	<b><u>952.951</u></b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos:</b>		
Aumento em investimentos	(839)	(457)
Aquisição de imobilizado	(111.793)	(107.389)
<b>Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de investimentos</b>	<b><u>(112.632)</u></b>	<b><u>(107.846)</u></b>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>181.737</u></b>	<b><u>845.105</u></b>
<b>Varição do caixa e equivalentes de caixa:</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.419.795	1.238.058
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.238.058	392.953
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>181.737</u></b>	<b><u>845.105</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JABOTICABAL - APAE

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em reais

#### 1. Contexto operacional

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Jaboticabal, fundada em Novembro de 1971, é uma associação civil, de direito privado e natureza socioassistencial, sem fins econômicos, com duração indeterminada, que há 46 anos dedica-se à missão institucional de promover qualidade de vida de pessoas com deficiência e de suas famílias, possibilitando-lhes o acesso a bens imateriais e serviços de qualidade, através de ações de prevenção, de habilitação e reabilitação, de articulação de políticas públicas e de garantia e defesa de direitos.

Atuando na interface de políticas sociais básicas, executou Serviços de modo planejado, permanente, contínuo e sem contraprestação por parte dos usuários; principalmente de Assistência Social, Saúde e Educação; a APAE de Jaboticabal atendeu a 769 pessoas no ano de 2017, superando a Meta de atendimento estabelecida no Plano de Ação intitulado "Autonomia e Participação Social", por representar os desafios que esta organização social assume ao atender a pessoa com Deficiência Física, Intelectual, Múltipla (associada à Intelectual) e com Transtorno do Espectro Autista, além de suas famílias.

A APAE de Jaboticabal manteve sua organização à luz das normas legais vigentes e de padrões de Serviços que privaram pela qualidade e eficiência ao serem ofertados ao público alvo, no âmbito local e regional, estendendo-os aos municípios vizinhos de Guariba, Barrinha, Pradópolis, Pontal, Pitangueiras e Monte Alto; embora, busque aprimorá-los constantemente dado aos novos conhecimentos e à diversidade da demanda dos usuários.

Dentre os desafios experienciados destacaram-se as complexas questões sociais dos usuários e suas famílias que provocaram uma maior articulação em rede desta organização com Serviços e equipamentos de áreas afins, e as questões financeiras, que por sua vez mobilizaram a gestão dos recursos humanos, dos próprios serviços e da captação de recursos de esferas governamentais e privadas, para dar continuidade ao conjunto de ações intersetoriais no atendimento às necessidades do contingente populacional vulnerabilizado pela condição da deficiência.

Baseando-se em valores de respeito à diversidade humana, de solidariedade e de igualdade de direitos; e em princípios de impessoalidade, moralidade, publicidade e economicidade; contrária a qualquer forma de discriminação; esta organização social se esforçou para melhor atender as dimensões do cotidiano de pessoas com deficiência, na perspectiva da autonomia, da emancipação e da garantia de direitos destes cidadãos, quebrando paradigmas e colaborando para que a justiça e a inclusão social se estabeleçam. Executou ações relacionadas à prevenção, à habilitação e reabilitação, ao trabalho, ao esporte/cultura/lazer, aos estudos e pesquisas, e à defesa e garantia de direitos; destacando:

### Assistência Social

#### **Proteção Social Especial de Média Complexidade - Execução o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiências, Idosos e suas Famílias.**

- Modalidade de Centro Dia - 81 pessoas com deficiências acima de 30 anos, diariamente, por ½ período e em algumas situações por período integral - **Aproximadamente 16.000 atendimentos.**
- Projeto de Apoio à Família - 35 famílias. **Aproximadamente 1.400 atendimentos.**
- Projeto Escola de Família – 65 famílias. **Aproximadamente 300 atendimentos.**
- Inclusão no Mercado de Trabalho - 17 pessoas com deficiências, em acompanhamento longitudinal.
- Defesa de Direitos - Atuação junto aos Conselhos de Direitos de Saúde, Assistência Social e da Pessoa com Deficiência – Participação em 28 reuniões.
- Assessoramento – Às entidades congêneres - 19 APAEs referenciadas ao Conselho Regional de Jaboicabal (sediado pela APAE).
- Diagnóstico Socioassistencial – Ingresso de 23 famílias.

#### **Proteção Social Especial de Alta Complexidade**

**Execução do Serviço de Acolhimento Institucional - Modalidade de Residência Inclusiva - “Casa de Esther”** – Atendimento a 10 residentes, de ambos os sexos, maiores de 18 anos, ininterruptamente. – **16.000 atendimentos aproximadamente.**

### Educação

#### **1. Nível Ensino Fundamental – Total 14.281 Atendimentos**

1.1- Séries Iniciais (6 a 15 anos) – Atendimento a 38 alunos com deficiência, com necessidade de apoio extensivo / pervasivo. **Aproximadamente 11.000 atendimentos.**

1.2- Sócio-educacional (acima dos 15 anos) – Atendimento a 72 alunos com deficiência, com necessidade de apoio extensivo / pervasivo. **Aproximadamente 21.000 atendimentos.**

**2. Educação Especial para o Trabalho** – Atendimento a 30 alunos com deficiência em formação para o Trabalho. **Aproximadamente 9.000 atendimentos**

**3. Atendimento Educacional Especializado** – 111 alunos matriculados na rede comum de ensino e atendidos no contraturno escolar – **Aproximadamente 9.000 atendimentos.**

## Saúde

**Número Total de Pessoas Atendidas – 769 pacientes.**

a) Não permaneceram no Serviço - 212 pacientes, devido a Inelegibilidade, Falecimentos, Encaminhamento para outros Serviços da Rede para Manutenção, Desistências e Transferências.

b) Elegíveis que permanecem nos Serviços – **Total de 522 pacientes**, sendo:

- Atendimento Especializado às Crianças de 0 a 06 Anos de Idade com Atraso no Desenvolvimento Neuropsicomotor - Atendimento a 34 pacientes – **totalizando 2.134 procedimentos.**

- Atendimento Neurosensorial – Atendimento a 249 pacientes – **totalizando 18.949 procedimentos.**

- Atendimento em Centro Especializado em Reabilitação Física e Intelectual/CER II – Atendimento a 239 pacientes – **totalizando 11.216 procedimentos.**

c) Altas dos atendimentos Especializados - 35 pacientes.

Com a finalidade de aferir a qualidade dos serviços, a APAE de Jaboticabal aplicou todos os recursos financeiros repassados pela administração pública e captados pela iniciativa privada na consecução dos objetos pactuados. Tal qualidade foi averiguada, mediante a aplicação de Pesquisa sobre a Qualidade dos Serviços e a Satisfação dos Usuários, não havendo na opinião das famílias que responderam ao questionário, desabono considerável em quaisquer dos serviços prestados.

Esta organização é regida por Estatuto Social próprio, através de órgãos administrativos como Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Auto defensoria e Conselho Consultivo; que tem investido esforços para a manutenção e melhoria dos serviços prestados, o que pode ser exemplificado pela implantação de consultoria visando a padronização de processos internos de Gestão, a fim de potencializar sua capacidade em atingir os objetivos institucionais frente aos constantes desafios.

## **2. Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para Pequenas e Médias empresas – CPC para PME's, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Consideram ainda, as peculiaridades ligadas às entidades sem fins lucrativos em consonância à ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Entidade incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

Essas demonstrações financeiras estão expressas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, elas consideram o custo histórico como base de valor, salvo quando indicado de forma diferente.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Entidade, cuja autorização para sua conclusão foi dada por esta em 13 de abril de 2018.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Entidade de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Entidade está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações financeiras.

## **3. Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade nessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma:

### **a) Apuração do resultado**

As receitas e despesas são apropriadas obedecendo ao regime de competência. A receita com serviços prestados representam o valor justo recebido ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.



**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Representado por numerários em caixa, saldos em banco conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho ou perda registrado no resultado do exercício respeitando a competência. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

**c) Contas a receber**

São demonstrados pelos valores relativos aos convênios firmados com órgãos governamentais, municipais, estaduais e federais, bem como entidades particulares, referente aos serviços prestados até a data do balanço. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida por estimativa com base em análise dos créditos em aberto, quando aplicável.

**d) Investimentos**

Representado por participação em outra sociedade avaliada pelo custo de aquisição.

**e) Imobilizado**

Demonstrado pelo custo de aquisição, e parcialmente deduzido pelo valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada.

**f) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Entidade revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (impairment), em contrapartida ao resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Com base nas análises da Administração, não foram necessárias provisões para recuperação de ativos em 31 de dezembro de 2017.

**g) Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, caso seja aplicável.

**h) Receita diferida – doação governamental**

Demonstrada pelo valor justo e transferido para o resultado em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo imobilizado.

**i) Demais ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

**j) Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Quando aplicável, os ativos e passivos circulantes e não circulantes são ajustados pelo valor presente, levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita dos respectivos ativos e passivos, e se relevantes, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado.

**k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Entidade possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em

conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Entidade, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano.

#### **l) Circulante e não circulante**

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

#### **m) Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

### **4. Caixa e equivalentes de caixa**

<b>Descrição</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Caixa e bancos conta movimento	275.398	182.497
Aplicações financeiras	1.144.397	1.055.561
<b>Total</b>	<b>1.419.795</b>	<b>1.238.058</b>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Entidade considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações em fundos de investimentos são remuneradas de acordo com a variação de suas respectivas cotas e a operação compromissada é remunerada à taxa média da variação do CDI, e podem ser resgatados de acordo com a necessidade de recursos da Entidade.

5. Contas a receber

Descrição	2017	2016
Verba municipal	52.301	175.483
Verba federal	409.020	345.640
Verba estadual	14.259	14.260
<b>Total</b>	<b>475.580</b>	<b>535.383</b>

Representado por saldos a receber referentes à serviços prestados.

6. Imobilizado

Descrição	2017	2016
Terrenos	12.500	12.500
Edificações	630.004	564.538
Máquinas e equipamentos	194.803	166.864
Móveis e utensílios	391.844	388.825
Veículos	177.672	177.672
Equipamentos de informática	103.057	87.688
Outros	6.500	6.500
	<b>1.516.380</b>	<b>1.404.587</b>
(-) Depreciação acumulada	(199.339)	(157.323)
<b>Total</b>	<b>1.317.041</b>	<b>1.247.264</b>

Não há um cadastro físico e financeiro atualizado dos bens do ativo imobilizado, bem como, as depreciações destes bens não são calculadas e registradas na contabilidade, dos bens não controlados. Este controle começou a ser feito pela Entidade a partir das adições do exercício de 2012.

7. Receita diferida – doação governamental

Descrição	2017	2016
Máquinas e equipamentos	92.284	77.877
Móveis e utensílios	70.595	68.983
Veículos	87.971	109.451
Equipamentos de informática	54.011	26.257
Obras em andamento	-	10.449
Imóveis	51.629	-
(-) Apropriação acumulada	(146.350)	(135.362)
<b>Total</b>	<b>210.140</b>	<b>157.655</b>

A Entidade registrou a doação governamental com base na resolução nº 1.305 de 25 de novembro de 2010, pelo valor justo, e será apropriada como receita em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo imobilizado vinculado.

8. Patrimônio social

O patrimônio social da Entidade é representado pelo patrimônio social, acrescido dos superávits.

9. Subvenções e doações

Descrição	2017	2016
<b>Federal</b>		
Educação	-	18.450
Saúde (atendimento SUS)	1.635.874	1.811.290
Assist. Social	191.080	212.465
	<b>1.826.954</b>	<b>2.042.205</b>
<b>Estadual</b>		
Educação	378.000	378.000
Assist. Social	156.852	206.852
	<b>534.852</b>	<b>584.852</b>

*Continua...*

...Continuação

Descrição	2017	2016
<b>Municipal</b>		
Educação	494.021	524.386
Saúde	85.250	52.606
Assist. Social	393.573	282.204
	<b>972.844</b>	<b>859.196</b>
Doações de associados e telemarketing	369.654	353.786
Outras receitas (doações e campanhas)	457.794	457.391
<b>Total</b>	<b>4.162.098</b>	<b>4.297.430</b>
Subvenções e doações públicas e privadas	2.526.224	2.486.140
Serviços prestados – atendimento SUS	1.635.874	1.811.290
<b>Total</b>	<b>4.162.098</b>	<b>4.297.430</b>

10. Outras receitas operacionais

Descrição	2017	2016
Serviços prestados voluntariados adm.	60.517	47.642
Programa nota fiscal paulista	21.958	8.154
Sinistro imobilizado	-	1.057
Receitas diversas	-	47.169
<b>Total</b>	<b>82.475</b>	<b>104.022</b>

## 11. Resultado financeiro liquido

Descrição	2017	2016
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	110.551	95.698
Juros ativos	3	-
Descontos obtidos	357	491
	<u>110.911</u>	<u>96.189</u>
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(17.345)	(13.504)
Juros passivos	(28)	(25)
Despesas financ. diversas	(53)	(24)
	<u>(17.426)</u>	<u>(13.553)</u>
<b>Total</b>	<b><u>93.485</u></b>	<b><u>82.636</u></b>

## 12. Passivos contingentes

A Entidade no desenvolvimento normal de suas operações está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis.

Juntamente com a assessoria jurídica a administração da Entidade não identificou eventos passados que se caracterizassem por uma contingência ou riscos relevantes do qual seja provável ou possível que um recurso econômico seja requerido para provisioná-lo ou liquidá-lo.

### 13. Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas

#### 13.1. Assalariados

Mês	Base de			2017	2016
	cálculo	Empregador	Outros	Valor isenção	Valor isenção
Janeiro	241.401	4.925	59.143	64.068	44.915
Fevereiro	224.757	4.585	55.066	59.651	45.233
Março	233.818	4.770	57.285	62.055	52.567
Abril	235.723	4.809	57.752	62.561	55.900
Maiο	245.785	5.014	60.217	65.231	56.288
Junho	242.752	4.952	59.475	64.427	55.611
Julho	248.951	5.079	60.993	66.072	57.460
Agosto	246.735	5.033	60.450	65.483	55.531
Setembro	249.859	5.097	61.216	66.313	57.230
Outubro	249.821	5.096	61.206	66.302	57.592
Novembro	243.306	4.963	59.610	64.573	58.571
Dezembro	255.090	5.204	62.497	67.701	61.983
13º salário	222.302	4.535	54.464	58.999	53.241
<b>Total</b>	<b>3.140.300</b>	<b>64.062</b>	<b>769.374</b>	<b>833.436</b>	<b>712.122</b>

### 14. Cobertura de seguros

A Administração da Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.



## 15. Contribuições para seguridade social

A Lei nº 9.732 de 11 de dezembro 1998 alterou os dispositivos da Lei nº 8.212/91, no que se refere aos requisitos para isenção de contribuições para seguridade social.

Essas alterações não acarretaram em incidências destas contribuições sobre as operações da Entidade, por atender, integralmente aos novos requisitos que lhe permitem a totalidade das isenções.

A Entidade não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado. Aplica integralmente no país, os seus recursos e superávits na manutenção dos seus objetivos sociais.

## 16. Gratuidades

A Entidade atende aos requisitos que caracterizam as entidades de finalidade de assistência social oferecendo, gratuitamente, todos seus serviços prestados à comunidade, portanto, cumpre na totalidade nos termos da legislação federal, estadual e municipal e em especial, aos preceitos do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

Descrição	2017	2016
<b>Assistência Social</b>		
Governamental	885.058	839.053
Recursos próprios	664.236	612.367
	<b>1.549.294</b>	<b>1.451.420</b>
<b>Saúde</b>		
Governamental	2.026.173	1.704.666
Recursos próprios	524.886	393.310
	<b>2.551.059</b>	<b>2.097.976</b>
<b>Educação</b>		
Governamental	910.186	930.070
Recursos próprios	472.320	410.258
	<b>1.382.506</b>	<b>1.340.328</b>
<b>Total</b>	<b>5.482.859</b>	<b>4.889.724</b>

\*\*\*